

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 20 de junho de 2023



Nesta edição:

- ***CE do Senado aprova projeto que possibilita a articulação da formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional (PL 6494/2019)***
- ***Comissão de Assuntos Econômicos aprova, em turno suplementar, a prorrogação da desoneração da folha (PL 334/2023)***
- ***Comissão de Minas e Energia debate o impacto do custo da energia elétrica para os consumidores***
- ***GT de Digitalização e Desburocratização continua debate sobre digitalização no âmbito da administração tributária***

CE do Senado aprova projeto que possibilita a articulação da formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional (PL 6494/2019)

A Comissão de Educação (CE) do Senado aprovou o **PL 6494/2019**, que possibilita a **articulação da educação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional**. A proposição legislativa integra a **Agenda Legislativa da Indústria** com posição favorável.

Destacam-se no texto aprovado os seguintes pontos:

- A educação profissional e tecnológica será organizada em eixos tecnológicos e observará o princípio da integração curricular entre cursos e programas, de modo a viabilizar itinerários formativos contínuos e trajetórias progressivas de formação entre todos os níveis educacionais.
- A organização dos cursos e itinerários serão orientados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), de forma a permitir sua equivalência para o aproveitamento de estudos entre os níveis médio e superior.

- A União deverá assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica, que deverá considerar as estatísticas de oferta, fluxo e rendimento, a aprendizagem dos saberes do trabalho, a aderência da oferta ao contexto social, econômico e produtivo local e nacional, a inserção dos egressos no mundo do trabalho e as condições institucionais de oferta.

A CNI entende que a articulação do ensino médio aos programas de aprendizagem profissional é uma oportunidade de diálogo entre os mundos da educação e do trabalho.

O projeto garante uma formação profissional atrativa ao jovem e adequada às demandas econômicas com maior empregabilidade.

As mudanças possibilitarão a conversão da carga horária mínima da Aprendizagem Profissional em trajetórias de formação mais robustas, além de ter o potencial de ampliação dos jovens das redes públicas a desenvolverem o ensino médio junto com uma profissionalização.

O projeto segue agora para o **Plenário do Senado**.

Comissão de Assuntos Econômicos aprova, em turno suplementar, a prorrogação da desoneração da folha (PL 334/2023)

Foi aprovado o **PL 334/2023** na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado em turno suplementar. A votação se deu em razão de ter sido aprovado, em decisão terminativa, um substitutivo. Ainda pode haver recurso até o dia 28/06, por 9 senadores, para deliberação em Plenário.

O projeto **prorroga de 31/12/2023 para 31/12/2027** o prazo de vigência da **desoneração da folha de pagamento de 17 setores**.

Após o prazo, será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Comissão de Minas e Energia debate o impacto do custo da energia elétrica para os consumidores

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados discutiu o impacto do custo da energia elétrica para os consumidores no âmbito da audiência pública sobre a criação do Dia Nacional do Consumidor de Energia Elétrica.

Lucas Malheiros, Especialista em Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), destacou a importância da energia ser ofertada a um custo acessível a todos, mas informou que o **excesso de subsídios onera sobremaneira o custo**

da energia no Brasil, correspondendo a cerca de 15% do custo da conta de luz. Assim, faz-se necessário rever os subsídios concedidos e averiguar se todos ainda são necessários. Além disso, apontou o **impacto do furto de energia, que soma R\$ 7,7 bilhões em prejuízos por ano.** Por fim, argumentou que as alterações normativas que impactam o setor elétrico precisam ser cuidadosamente analisadas de forma sistêmica, avaliando-se os impactos financeiros e operacionais aos agentes e ao consumidor.

Adrianno Lorenzon, Diretor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE), salientou a importância da revisão de subsídios e defendeu o aumento da competição, o combate às ineficiências e a modernização do setor. Em seguida, evidenciou o **impacto da energia no custo de bens da cesta básica,** como a carne e o leite, nos quais cerca de 30% do custo é referente à energia. Por fim, reforçou que a Conta de Desenvolvimento Energético aumentou 180% acima da inflação nos últimos dez anos.

Tama Savaget, Coordenadora de Justiça Energética do Instituto Polis, apresentou levantamento realizado em 2021, segundo o qual os gastos com energia comprometem metade ou mais da renda de 46% das famílias brasileiras e que 22% dos entrevistados haviam diminuído a compra de alimentos básicos para garantir a energia em suas casas.

A audiência também contou com a participação do André Ruelli, Superintendente de Mediação Administrativa e das Relações de Consumo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); do Augusto Francisco da Silva, Presidente da Associação Brasileira dos Consumidores de Energia Elétrica (ASCEEL); e da Rosimeire Costa, Presidente da Associação Nacional de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica (CONACEN).

GT de Digitalização e Desburocratização continua debate sobre digitalização no âmbito da administração tributária

O Grupo de Trabalho de Digitalização e Desburocratização, que tem como relator o Deputado Julio Lopes (PP/RJ), reuniu-se hoje para continuar o debate acerca da **digitalização no âmbito da administração tributária.**

José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), tratou da importância da movimentação dos dados na economia mundial, bem como a necessidade de uma boa organização de dados em uma única e inteligente base de dados. Com isso, a utilização deles deve ser feita de modo a possibilitar a melhor implantação de políticas públicas e programas governamentais.

Sugeriu a maior integração dos sistemas a fim de ter maior transparência e destacou, como desafios da governança digital, as dimensões continentais, a profunda heterogeneidade regional e o regime federativo, com grande autonomia dos governos subnacionais. Com isso, entende que uma visão nacional é imprescindível para a transformação digital.

Afirmou também ser inevitável promover profunda reestruturação do sistema tributário e instituições fiscais no sentido de revisitar a discussão sobre a reforma tributária brasileira. Por fim, destacou o projeto ideal, sendo o tributo digital, efetivo, integrado e auto lançado e a necessidade brasileira em se digitalizar.

Luiz Dias, Coordenador Geral do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (**ENCAT**), representante do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (**COMSEFAZ**), tratou da complexidade tributária e o seu reflexo nos documentos fiscais, além da dificuldade de os contribuintes em emitirem corretamente os documentos fiscais. Com isso, o objetivo é simplificar a vida do contribuinte, sem abrir mão das informações e com menor impacto e esforço possíveis. Portanto, a solução, no seu entendimento, é que o contribuinte informe apenas dados comerciais e Fisco gere os dados fiscais a partir disso, disponibilizando sistemas que unam as duas partes.

Thiago de Aquino Lima, Presidente da Associação dos Analistas de Tecnologia da Informação do Governo Federal (**ANATI**), citou a conectividade da população brasileira no cenário global, bem como a digitalização de diversos serviços pelo governo. Além disso, destacou a necessidade de maior contratação de analistas de tecnologia da informação para trabalhar sobre o avanço da digitalização no Brasil.

Realizaram apresentações, também, **Vilson Antonio Romero**, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (**ANFIP**); e **Mauro Silva**, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (**Unafisco Nacional**).



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA